



## CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2017

### RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

#### Questionamento 50:

---

- Item 3.5. do Edital - Se o valor das multas impostas for superior ao valor da garantia prestada conforme previsto no item 3.2., além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença mediante reposição do valor integral da garantia anteriormente prestada, acrescida do valor da penalidade que a excedeu, no prazo de 72 (setenta e duas) horas contadas da respectiva notificação, sob pena de cobrança.

Considerando que a reposição dos valores prestados a título de garantia pode demandar mais de 72 horas, por motivos não imputáveis à Concessionária, favor confirmar se está correto o entendimento pelo qual referido prazo é de caráter não peremptório, podendo ser objeto de dilação, à critério do PODER CONCEDENTE.

**Resposta: Sim. O entendimento está correto.**

#### Questionamento 51:

---

- Item 55.1 da minuta do Contrato - A SETOP-MG, para o cumprimento das atividades decorrentes da CONCESSÃO, obriga-se a:

II - prosseguir com a execução dos serviços de conservação que estejam sendo realizados na data da primeira vistoria do SISTEMA EXISTENTE, informando a CONCESSIONÁRIA de seu andamento, caso esses serviços devam estender-se até a data da transferência de controle;

X - liberar todos os trabalhos de manutenção que estiverem em andamento até a transferência de controle;

Ao detalhar as obrigações concernentes à SETOP, consta da subcláusula 55.1 o dever de prosseguir com os serviços de conservação que estejam sendo realizados na data da primeira vistoria (inciso II), assim como os trabalhos de manutenção (inciso X), até a efetiva transferência de controle do Sistema Existente, que se aperfeiçoará em até 90 dias após a assinatura do Contrato, mediante o Termo de Entrega (subcláusula 27.1).



Se, no advento da efetiva assunção dos serviços pela futura Concessionária, for constatada qualquer divergência entre as condições reais de operação do Sistema Rodoviário e os padrões contratuais exigidos, após os serviços descritos na subcláusula 55.1, caberá a recomposição do equilíbrio econômico financeiro, de modo a assegurar que as intervenções a serem realizadas nos primeiros anos da concessão correspondam aos serviços efetivamente executados. Está correto nosso entendimento?

**Resposta: Não. O entendimento não está correto. Conforme o item 1.7. do Edital da Licitação "Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos, os estudos e desenvolver os projetos de engenharia necessários para atender às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DAS RODOVIAS, a execução das OBRAS DE MELHORIAS OPERACIONAIS E DE AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO, as atividades de OPERAÇÃO DAS RODOVIAS, de CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS, de RECUPERAÇÃO DAS RODOVIAS e de MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS, obedecendo os parâmetros e exigências constantes do ANEXO I do EDITAL - PER - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA, possibilitando a apresentação de seu PLANO DE NEGÓCIOS DAS RODOVIAS e de sua PROPOSTA ECONÔMICA. Os itens citados no questionamento dizem respeito somente à obrigação da SETOP-MG em manter os serviços em andamento até a assinatura do Termo de Transferência.**

### Questionamento 52:

---

- Item 5.1 da minuta do Contrato - A CONCESSÃO tem por objeto a exploração dos seguintes segmentos de rodovias:
  - BR-135 - iniciando no km 367,65 (Início da alça do Trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - Contorno de Montes Claros) e findando no km 668,85 (Início da alça do Trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa), com extensão de 301,20 km; (...)

Está correto o entendimento de que foram tomadas todas as medidas necessárias para a manutenção da BR-135/MG dentre os trechos que constituem o objeto da Concessão, de modo a garantir, ao longo da vigência contratual, as condições econômico-financeiras do futuro contrato?

**Resposta: Sim. O entendimento está correto.**



**Questionamento 53:**

---

- Item 25.1 da minuta do Contrato - A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério, implantar áreas de serviço e apoio ao usuário ao longo das rodovias, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade os eventuais custos e encargos referentes à implantação, manutenção e gerência dos mesmos, assim como dos custos de desapropriação e instituição de servidões administrativas, cujas declarações de utilidade pública serão emitidas pelo PODER CONCEDENTE, mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA.
- Item 25.2 da minuta do Contrato - Em nenhuma hipótese poderá a CONCESSIONÁRIA pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com base em gastos relativos às áreas de serviço.

A Lei nº 13.103/2015, popularmente conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”, trouxe significativas alterações à categoria, com repercussão direta sobre as infraestruturas rodoviárias entre as quais obrigatoriedade de instalação de áreas próprias para o descanso dos motoristas, nos termos abaixo:

*“Art. 9º As condições de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e rodoviário de cargas terão que obedecer ao disposto em normas regulamentadoras pelo ente competente (...).”*

*Art. 10. O poder público adotará medidas, no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da vigência desta Lei, para ampliar a disponibilidade dos espaços previstos no art. 9º, especialmente:*

*I - a inclusão obrigatória de cláusulas específicas em contratos de concessão de exploração de rodovias, para concessões futuras ou renovação;*

*II - a revisão das concessões de exploração das rodovias em vigor, de modo a adequá-las à previsão de construção de pontos de parada de espera e descanso, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;*

*(...)*

*Parágrafo único. O poder público apoiará ou incentivará, em caráter permanente, a implantação pela iniciativa privada de locais de espera, pontos de parada e de descanso.”*

Em razão das disposições legais acima transcritas, vigentes antes mesmo da publicação do presente Edital, as quais a futura concessionária estará vinculada, está



correto o entendimento de que a faculdade estabelecida na Cláusula 25.1 se refere apenas aos itens adicionais, isto é, além das exigências legais supracitadas, que venham a ser obrigatoriamente implantados pela Concessionária?

**Resposta: Sim. O entendimento está correto.**

#### **Questionamento 54:**

---

- Item 29.6 da minuta do Contrato - A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada de comum acordo entre as partes, através de uma das seguintes modalidades: a) prorrogação ou redução do prazo da CONCESSÃO; b) revisão do cronograma de implantação das INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS; c) aumento ou redução do valor da OUTORGA paga pela CONCESSIONÁRIA à SETOP-MG; d) revisão da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, para mais ou para menos; e) combinação das modalidades anteriores.
- Item 29.7 da minuta do Contrato - Caberá ao PODER CONCEDENTE a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação do serviço concedido e a preservação da capacidade de pagamento dos financiamentos.

Como bem pontuado na subcláusula 29.6, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se dará de comum acordo entre as partes. Considerando a aparente divergência com o disposto na subcláusula 29.7, está correto o entendimento de que o mecanismo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será efetivado pelo Poder Concedente, mas desde que tenha sido eleito consensualmente entre as partes?

**Resposta: Não. O entendimento não está correto. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada de comum acordo entre as partes (Subcláusula 29.6. do Contrato), mas a forma pela qual será implementada, dentre as constantes da subcláusula 29.6. do Contrato, é prerrogativa e será definida pela SETOP-MG (Subcláusula 29.7. do Contrato).**

**Questionamento 55:**

---

- Item 22.11 da minuta do Contrato - Caberá à CONCESSIONÁRIA providenciar a remoção de cargas derramadas sobre as pistas de rolamento e a limpeza das rodovias, observando os parâmetros e exigências estabelecidas no ANEXO I do EDITAL - PER - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA.
- Item 22.15 da minuta do Contrato - Caberá à CONCESSIONÁRIA realizar a manutenção e fiscalização das FAIXAS MARGINAIS DAS RODOVIAS.
- Item 3.5.6 do PER - Escopo: conservação do canteiro central e da faixa de domínio. Deverá abranger os seguintes serviços principais: (ii) recomposição de cobertura vegetal, despraguejamento manual de gramados, corte e remoção de árvores, conservação de árvores e arbustos, limpeza e remoção de lixo, entulho e materiais orgânicos, conservação das cercas delimitadoras da faixa de domínio;

O quadro 3.5.6 do PER, que discrimina as obrigações de conservação do canteiro central e faixa de domínio, estipula à futura concessionária o dever de manter tais áreas livres de lixo, entulho e materiais orgânicos.

Ocorre que em zonas urbanas de grande circulação a concessionária poderá se deparar com o descarte irregular de resíduos sólidos pela população local no âmbito das faixas de domínio ainda que a competência de organizar e prestar os serviços públicos de interesse local – nos quais se insere a coleta e destinação de resíduos sólidos –, seja de responsabilidade dos Municípios (Constituição Federal, art. 30, inciso V).

Assim, está correto o entendimento de que o descarte irregular de resíduos sólidos pela população local dos municípios limítrofes não será atribuído à Concessionária? Caso não seja este o entendimento, e o volume de resíduos sólidos aumentar significativamente, onerando a futura Concessionária, está correto o entendimento segundo o qual tal situação ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão?

**Resposta: Sim. O entendimento está correto, mas também é atribuição da Concessionária realizar a fiscalização de tais áreas, portanto caberá a ela o dever de impedir que tais situações ocorram.**

**Questionamento 56:**

---

- Item 5.2.4 da minuta do Contrato - A ATUALIDADE será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação do serviço, com a absorção dos avanços tecnológicos ao longo do prazo da CONCESSÃO que tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições do presente CONTRATO.
- Item 29.4 da minuta do Contrato - As PARTES terão direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, quando este for afetado, nos seguintes casos: I - modificação unilateral, imposta pela SETOP-MG, sobre as condições do CONTRATO, desde que, como resultado direto ou indireto dessa modificação, se verifique, comprovadamente, para a CONCESSIONÁRIA a alteração dos seus custos ou das suas receitas, para mais ou para menos; (...) III - alterações legais que, comprovadamente, tenham impacto significativo e direto sobre as receitas ou sobre os custos da CONCESSIONÁRIA para a prestação dos serviços pertinentes às atividades abrangidas pela CONCESSÃO, para mais ou para menos;
- Item 29.10 da minuta do Contrato - Não ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, por representar incumbência exclusiva da CONCESSIONÁRIA: I - custos operacionais em níveis superiores aos considerados no PLANO DE NEGÓCIOS DAS RODOVIAS, por força de elevação de encargos trabalhistas e dos valores relativos à aquisição não prevista de equipamentos e outros suprimentos, necessários à prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO;

O Contrato é expresso no sentido de impor à futura concessionária a obrigação de absorção dos avanços tecnológicos ao longo do prazo da Concessão, não se admitindo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em virtude dos valores relativos à aquisição não prevista de equipamentos (subcláusula 29.10, inciso I).

Por sua vez, a subcláusula 29.4, incisos I e III, prevê que será admitida a recomposição do equilíbrio caso as alterações contratuais decorram de determinação da SETOP ou em razão de alterações promovidas pela legislação.

Nesses casos, pode-se afirmar que, caso a concessionária já esteja observando os níveis de serviço adequados, está correto o entendimento segundo o qual a implementação de inovações tecnológicas que decorram de imposição da SETOP, de alterações legislativas, bem como das normas técnicas pertinentes, será objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro?

**Resposta: Sim. O entendimento está correto.**